BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 1 — N.º 05 04 DE MARÇO DE 1977

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
BIBLIOTECA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

338.105
0004
p
v.1, n.5, mar. 1977

AGROANALYSIS

é uma publicação quinzenal de análise da conjuntura agropecuária, editada pelo Grupo de Informação Agrícola.

COORDENADOR

Paulo Rabelio de Castro, Ph. D.

EQUIPE TÉCNICA

Ailton Coentro Filho, M. S.
Bruno Marcus Rangel Pessanha, M.S.
Roberto Moreno Moreira, M. S.

EQUIPE DE APOJO

Aloísio da Cunha Nóbrega
Ana Maria Mendes Simões
Maria Eunice Rocha

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 1 nº 05 4 de março de 1977

NOTA: Por motivos excepcionais, AGROANALYSIS não circulará na próxima quinzena, retornando em 1º de abril.

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Mercado Comum Europeu: de novo, o antigo comprador ? (pág. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Algodão: a convergência esperada entre os preços interno e externo tornaria supérflua a isenção de ICM às exportações "in natura" (pag. 7)

Soja: apesar da confortável posição brasileira, há sempre possibilidade de surpresa do lado da demanda mundial (pág. 8)

Trigo: o modesto reajuste do preço poderá resultar em maiores importações nos próximos anos (pág. 9)

NOTAS ESTATÍSTICAS

Algumas considerações exploratórias sobre nossas exportações agrícolas à Europa Ocidental (pág. 11)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

357886

ANÁLISE DA QUINZENA

Mercado Comum Europeu: de novo, o antigo comprador ?

A nova lista de preços agrícolas proposta pela Comissão da Comunidade Européia (CEE) para vigorar a partir da safra 77/78 obteve tímida acolhida no noticiário brasileiro. A ausência de discussões em torno do tema é indicativa da nossa relutância em acompanhar certas variáveis de longo prazo ligadas à comercialização externa dos nossos produtos agrícolas. Apesar da aparente irrelevância, para o Brasil, das recentes propostas apresentadas pelo Comissário Olav Gundelach, é preciso considerar que as medidas de política agrícola tomadas na CEE sempre afetam o mercado mundial de "commodities" e, em decorrência, a receita de nossas principais exportações agrícolas e agroindustriais. A curto prazo, as novas orientações propostas pelo Comissário Gundelach poderão não resultar em alterações ponderáveis do regime de exportação de produtos brasileiros, como a soja, a carne bovina, o açúcar e o milho. A longo prazo, porém, aquelas alterações de política podem conduzir a aberturas ou restrições adicionais de mercado para os produtos brasileiros na Comunidade Européia. Portanto, deve existir alguma vantagem em acompanhar o desenvolvimento da política agrícola da CEE, uma vez que a programação de longo prazo de nossas exportações está estritamente vinculada às variações do comportamento futuro de nossos compradores atuais e potenciais.

Para os que estão pouco familiarizados com as linhas gerais da Política Agrícola Comum (PAC) da Comunidade Européia, é interessante que se faça um breve retrospecto. A PAC resulta dos termos gerais do Tratado de constituição da CEE, assinado há quase 20 anos, que fixou os seguintes objetivos gerais de política agrícola para a Comunidade: 1º) elevar a produção agrícola dentro da CEE com o objetivo de proporcionar aos consumidores europeus um nível de consumo de bens alimentícios mais elevado e contornar o problema da excessiva dependência da Comunidade às importações agrícolas ; 2º) elevar a produtividade agrícola que, em

1960, girava em torno de apenas 7,5 ha. por unidade de mão-de-obra (enquanto os EUA, na mesma época, já obtinham um índice de 67ha.por unidade de mão-de-obra). Este segundo objetivo envolve, como efeito principal, a elevação da renda agrícola, procurando beneficiar tantos os empresários quanto os trabalhadores rurais europeus; 3º) a Política Agrícola Comum visa a uma maior estabilidade da oferta interna dos principais produtos agrícolas.

A fim de se alcançar os objetivos preconizados pelo Tratado da CEE, foram acionados rigorosos instrumentos de política agrícola consubstanciados na PAC, mediante uma intervenção via preços, respaldada por um mecanismo de estoques reguladores e um sistema de compensações monetárias entre os países membros da Comunidade. Para estimular a produção agropecuária, as autoridades européias elevam os preços internos (target prices) acima dos níveis mundiais, e, ao mesmo tempo, protegem o seu mercado da competição externa através de um sistema de preços mínimos de importação (threshold prices) fixados através da imposição de tarifas variáveis sobre os produtos importados.

Por outro lado, a PAC mantém o consumo de produtos alimentícios na Comunidade Européia sob controle, mediante preços elevados ao nível do consumidor. Como os altos preços a nível de consumo podem gerar (como efetivamente geram em alguns casos) problemas de "excesso" de produção, as autoridades européias têm apoiado um esquema de estoques reguladores de mercado, que é acionado quando os preços internos de mercado baixam ao nível dos preços de intervenção (intervention prices) fixados pela PAC. Em caso de acumulação de estoques as autoridades européias procuram exportar o excedente, apesar de sua gravosidade, beneficiando os exportadores através de um fundo especial de apoio (export refunds). Finalmente, a fim de conciliar as disparidades de produção e comércio agrícola da CEE, desenvolveu-se um sistema especial de câmbio, mediante o qual os países que têm moedas fracas, ou seja, em processo de desvalorização, podem continuar comprando produtos agrícolas dos outros países-membros, através de taxas de câmbio mais favoráveis (a chamadas "green currencies"), recebendo uma compensação financeira (monetary compensation amount-MCA) na proporção da diferença entre a taxa livre e a taxa "verde" de câmbio.

Como efeitos benéficos da Política Agrícola Comum, podemos citar o efetivo incremento da produção e da produtividade agrícola da CEE, resultando em sensíveis aumentos da renda agrícola (embora concentradores do ponto de vista locacional) e, ainda, uma acentuada queda no nível de dependência da Comunidade Européia à importação de certos produtos agropecuários.

À medida em que vai crescendo a produção agrícola na CEE, as autoridades tem procurado ajustar os preços internos aos níveis praticados no comércio livre mundial, conforme a evolução apresentada na tabela abaixo, onde se observa que, durante a alta de preços do ano 73/74, os preços da Comunidade estiveram, inclusive, abaixo dos preços mundiais.

Preços internos da CEE em relação aos preços mundiais

(Paridade = 100)

Produtos	67/68	69/70	71/72	73/74	75/76
Trigo	185	214	209	79	124
Milho	160	159	176	98	128
Açúcar Refinado	438	298	186	66	109
Oleaginosas	200	155	147	77	127
Leite em Pó	—	380	112	156	266
Manteiga	397	613	171	320	320
Carne Bovina	175	147	133	110	158

Fonte: "Oil World"

Em anos recentes, a produção na Comunidade têm apresentado uma taxa anual de crescimento de 2,5 a 3% enquanto o consumo é controlado a uma taxa de expansão de um 1,5 a 2% ao ano. Como resultado, tem crescido o grau de auto-suficiência da Comunidade em termos de produtos agrícolas, chegando a alcançar quase 100% em alguns casos.

Por outro lado, os atuais instrumentos de estímulo e proteção da PAC estão se desgastando, uma vez que os recursos da CEE alocados para o desenvolvimento das estruturas agrícolas (como, por exemplo, a adoção de moderna tecnologia) são cada vez mais in-

suficientes, em virtude do aumento dos custos financeiros dos estoques de produtos, acumulados em consequência da política de altos preços, do custo financeiro das transações compensatórias (MCA) e, finalmente, do custo do financiamento às exportações gravosas. Assim, se torna politicamente insustentável a política excessivamente protecionista adotada pelo Comissariado Agrícola nos últimos anos, o que demandará novas orientações à PAC, entre as quais um relaxamento dos preços a nível de consumidor, acompanhado de um menor grau de protecionismo tarifário em alguns produtos.

Em outras palavras, os custos sociais da autosuficiência da Comunidade Européia se tornam elevados, não mais se admitindo o argumento de que os preços altos pagos pelo consumidor europeu precisam ser mantidos indefinidamente a fim de estimular a produção interna e manter a renda dos produtores. Em consequência, o novo Comissário Olav Gundelach acaba de tomar a iniciativa de rever a PAC, propondo um aumento médio de preços para os produtos agrícolas da Comunidade Européia em cerca de 3%, nitidamente abaixo da taxa de inflação do último ano na CEE, que girou em torno de 10%. É opinião generalizada entre os especialistas da Política Agrícola da Comunidade que, dentro dos próximos anos, tenderá a desaparecer a diferença entre os preços internos dos produtos agrícolas dentro da CEE e os preços praticados no comércio mundial. O modesto reajuste dos preços agrícolas da Comunidade já é um reflexo importante desta alteração de política, visando liberalizar o regime protecionista da CEE.

Implícita na atitude do Comissário Gundelach , está a esperança de que os produtos agrícolas de maior importância (entre estes, a soja, o milho, o trigo e a carne bovina) permaneçam com preços relativamente altos no mercado mundial. Esta previsão reflete uma expectativa de que a oferta agrícola mundial não sofra grandes aumentos nos próximos anos. Em grande parte, esta esperança é motivada pelo fato de que tem aumentado continuamente o consumo de grãos e de proteínas animais nos países em desenvolvimento. Muitos desses países são deficitários em termos de produção até mesmo para o seu abastecimento interno. Calcula-se, ainda, que esses países não conseguirão desenvolver sua produção no mesmo ritmo de crescimento da demanda interna, recorrendo crescentemente a

importações.

Não obstante o provável sucesso da proposta de liberalização do atual regime protecionista da CEE, as possibilidades brasileiras a médio e longo prazos neste mercado devem ser entendidas com algumas qualificações importantes. Em primeiro lugar, é bom notar que a nova orientação da PAC convergirá, certamente, para uma liberalização controlada, através de acordos bilaterais de comércio que envolvam benefícios tanto para a Comunidade Européia quanto para o exportador estrangeiro de produtos agrícolas. É nesse sentido que podemos interpretar os objetivos semi-secretos da recente visita do Comissário Gundelach aos EUA, quando foram discutidas novas aberturas ao comércio bilateral de produtos agrícolas entre os EUA e o Mercado Comum Europeu. Em segundo lugar, a Comunidade Européia também quer garantir sua condição de 2º maior exportador de produtos agrícolas, desovando alguns de seus excedentes no mercado mundial. Nesse sentido, também é sintomática a recente aproximação mantida entre autoridades agrícolas européias e da República Popular da China.

Para o Brasil, as novas orientações da Política Agrícola Comum da CEE constituem, ao mesmo tempo, notícia auspiciosa e um sinal de alerta sobre o futuro da comercialização externa de nossos produtos agrícolas. Atualmente, já dependemos significativamente da Comunidade Européia como importante comprador de nossos principais produtos agrícolas (vide Notas Estatísticas). Devemos, pois, considerar a conveniência de nos prepararmos adequadamente para novas opções de mercado que se ensaiam a médio e longo prazos, à pena de ficarmos a meio caminho de um completo aproveitamento dessas novas oportunidades de gerar os agrodólares necessários à sustentação do crescimento econômico.

Em particular, a captura de novas faixas do mercado europeu para os produtos brasileiros envolve a disputa contra sérios concorrentes, principalmente os EUA, Austrália, Nova Zelândia e Argentina, cujas autoridades se mostram decididamente empenhadas a absorver, desde já, os benefícios advindos de negociações de caráter exclusivamente bilateral.

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** ALGODÃO

Os preços do algodão na Bolsa de Mercadorias de São Paulo continuam em queda, refletindo a entrada da safra meridional e a expectativa de que a produção alcance 360 mil ton, 55,2% superior à do ano passado. O preço do algodão tipo 5 já caiu a Cr$.. 313,00/arroba no último dia 24, exclusive ICM. No mesmo dia, a cotação média no mercado norte-americano era Cr$ 305,28/arroba, patenteando a drástica redução da gravosidade do nosso produto.

Diante disso, parece inócuo o pedido dos cotonicultores para que o governo favoreça a exportação do algodão "in natura" com isenção de ICM. Considerando-se que a cotação média norte-americana tem flutuado numa faixa de Cr$ 300,30 a Cr$ 343,20/arroba sem indícios de mudança desse intervalo de preços, e diante das perspectivas de redução adicional do preço interno, o iminente desaparecimento da gravosidade tornaria supérfluo o favor fiscal, embora acarretando contração das receitas estaduais onde o ICM do algodão é parcela ponderável. Além disso, a isenção do ICM constituiria solução paliativa para os problemas estruturais da cotonicultura. Há que pensar em aumento de produtividade, com o uso de tecnologia mais moderna e variedades homogêneas e de maior resistência, se quizermos alcançar a posição de sólidos competidores no mercado externo, sem recurso a medidas de curto prazo que resolvem o problema apenas temporariamente.

Embora nenhuma posição oficial tenha sido tomada pelo setor, não se espera que as indústrias têxteis se comportem passivamente diante do pedido. A concessão do benefício fiscal poria em risco, ao longo do ano, o abastecimento do mercado interno, levando ao arrefecimento das atividades da indústria e, até, a novas

Agroanalysis
Vol. 1 - nº 05 4/3/77

tentativas de importação em regime de "draw-back" para cumprir compromissos já assumidos. A queda do ritmo da indústria têxtil não é desejável num ano em que a taxa de crescimento da economia já será provavelmente menor do que aquela experimentada em 76.

*** SOJA

Elementos de oferta frequentemente se confundem com fatores de demanda prejudicando a análise do comportamento futuro das "commodities". O mercado internacional da soja possui uma curva de oferta bem configurada, da qual os dois grandes participantes são o EUA e o Brasil. Agora, no início da colheita brasileira, a situação é de expectativa, visto que o produto tem alcançado cotações elevadas, fazendo crer que a influência da safra brasileira sobre a oferta mundial é menor do que a escassez provocada pela acirrada demanda no mercado de farelos.

O comportamento da curva de demanda é a grande incógnita, ou seja, o comportamento futuro dos preços da soja está, em última análise, na dependência das atitudes assumidas pelos compradores nos próximos meses. Países da Europa Ocidental, Israel, Japão e, mesmo o Egito, vêm realizando compras no EUA, o que tem contribuido para que os preços mantenham a tendência altista verificada nas últimas semanas.

A entrada da safra brasileira no mercado poderá levar a uma acomodação na trajetória ascendente das cotações do produto, por garantir uma certa tranquilidade na reposição dos estoques dos consumidores. Todavia, cabe considerar que as exportações brasileiras do complexo soja poderão revelar-se insuficientes diante das necessidades mundiais. Desta forma, estariam frustradas quaisquer intenções dos importadores de provocar uma tendência baixista no próximo período de comercialização da safra brasileira, realizando agora pequenas encomendas à produção americana, a fim de recompor seu poder de barganha num mercado estabilizado pela entrada da safra brasileira.

Calculada a situação futura do estoque norte-americano de soja em grão estimada pelo USDA em 2,04 milhões de ton.

para 31/8/77, enquanto Conrad Leslie acredita que o estoque poderá atingir o baixíssimo nível de 400.000 ton na mesma data ,devido à elevada taxa de esmagamento do último trimestre de 1976 e ao inverno excepcionalmente rigoroso, e admitindo que os fatores de demanda se sobreponham aos fatores de oferta, poderá ocorrer uma nova corrida ao farelo de soja com subsequente reflexo altista nos preços do grão.

O único elemento a perturbar a situação confortável da soja brasileira no mercado será a limitação de armazenagem, que força o Brasil a buscar compradores a fim de escoar imediatamente sua safra.

*** TRIGO

Frustrando parcialmente as reivindicações dos triticultores - que reclamavam um reajuste em torno de 70% - o CONAB fixou o novo preço ao produtor em Cr$ 170,40 por saco de 60 kg, apenas 33% sobre o preço da safra passada. Na determinação do novo preço, o governo não teria levado em conta os custos de arrendamento da terra e de máquinas e equipamentos, utilizados na produção do cereal. Por outro lado, o Conselho Monetário Nacional decidiu subsidiar os juros pagos aos financiamentos destinados a aquisição de fertilizantes, anteriormente fixados em 15% a.a.

Quantificando os resultados das últimas medidas governamentais sobre a lavoura de trigo, verifica-se que, com a retirada do subsídio de 40% aos fertilizantes em dezembro, o custo de produção do trigo nacional elevou-se em 17%. O item "fertilizantes" passou a representar 36,4% do custo total contra 25,6% antes da medida. A concessão de financiamentos sem juros, por seu turno, implica em redução de apenas 4,8% do custo total. Portanto, o resultado líquido da retirada do subsídio aos fertilizantes, deduzido o impacto positivo da isenção de juros, redundará num incremento de 12,2% do custo total de produção. Adicionando-se a inflação de custos entre as safras de 76/77 e 77/78 e, em particular, o aumento do preço dos combustíveis (responsável por 9,2% do custo total em 76), é evidente que o reajuste de preço concedido pelo CONAB poderá desestimular a produção nacional de trigo, já desalentada pelo custo implícito das adversidades ambientais do país. Preo

cupado com o problema, o governo estuda uma nova forma de liberar parcialmente a importação de fertilizantes, ao mesmo tempo em que se subsidia a matéria-prima para as indústrias nacionais.

Para atender ao consumo interno deste ano, está prevista uma importação em torno de 3 milhões de ton. Para 1978, a quantidade importada deverá se expandir consideravelmente em virtude do contínuo crescimento do consumo, agravado pelo tímido reajuste de preço concedido, que poderá reduzir a produção nacional. Embora os preços praticados atualmente no mercado mundial sejam relativamente baixos, não se pode garantir que permanecerão nos mesmos níveis em 78. Além da esperada redução da próxima safra mundial, os EUA e o Canadá, que respondem por 75% das exportações mundiais, estão promovendo consultas em torno da formação de um cartel de trigo cujo sucesso, embora duvidoso, pelo menos é indicativo do empenho desses países em elevar o preço do produto. Uma medida acautelatória, portanto, seria a importação de trigo em montante superior ao necessário para cobrir o déficit do consumo em 77. Por exemplo, uma importação de 5 milhões de ton este ano, além de tirar maior proveito da atual conjuntura de baixa dos preços internacionais, resguardaria nosso futuro balanço comercial dos riscos de preços mais elevados em 1978.

Obviamente, esta solução é hipotética, pois não considera o problema da armazenagem do excedente importado, a ser estocado por período superior a um ano. Assim, a nossa insuficiente capacidade armazenadora de grãos continua sendo a restrição mais séria a uma política de estocagem estratégica inter-anual.

NOTAS ESTATÍSTICAS

O objetivo destas Notas é dar uma idéia do desempenho da exportação dos nossos principais produtos agrícolas para a Europa Ocidental no período 71/75, lembrando que, nos valores exportados de tais produtos, estão incluídos seus derivados e industrializados. A fim de permitir uma comparação idônea dos montantes exportados ano a ano, atualizou-se o dólar para valores de set./76.

Ao se analisar o valor global das exportações no Quadro I, coluna 4, observa-se que houve crescimentos consideráveis nos anos 72 e 73 em relação a 71. A partir de 1974, com a eclosão da crise do petróleo, os países da Europa Ocidental incluídos na análise diminuíram suas compras de produtos brasileiros, ficando a níveis bem inferiores ao ano de 72: + 52% de 72 para 73, - 15% de 73 para 74 e - 9% de 74 para 75. Portanto, somente os anos 71, 72 e 73 podem ser considerados normais, apresentando elevadas taxas de crescimento das exportações dos nossos produtos agrícolas e agro-industriais para a Europa Ocidental.

Comparando-se o desempenho dos diversos produtos no período analisado, observa-se que os produtos chamados "dinâmicos" apresentaram as maiores taxas de crescimento das suas receitas de exportação. Ressalta-se, também, um outro detalhe - no período de crise (74/75), as exportações dos "dinâmicos" conseguiram permanecer praticamente no mesmo nível de anos anteriores (-4% em 74, + 5% em 75). O desempenho bastante favorável da soja e do cacau, por exemplo, contribuíram fortemente para sustentar a receita brasileira de exportação num período de grave crise econômica mundial.

Por outro lado, o conjunto dos produtos "tradicionais"mencionados nos Quadros I e II (café, algodão e açúcar) tiveram suas receitas diminuídas no período de crise, apesar do açúcar ter sido o produto com o maior aumento de receita do conjunto dos "tradicionais", devido ao sensível aumento do seu preço no mercado mundial.

Os dois produtos "potencialmente significativos" incluídos nesta análise apresentaram modesto desempenho. Mesmo du

rante o período normal 71/73, os incrementos da receita de carnes foram neutralizados pela queda no valor exportado de milho (vide Quadro II).

Concluindo:

- Dentre os países estudados da Europa Ocidental, os produtos que têm apresentado melhor desempenho de mercado são os "dinâmicos".

- No conjunto dos "tradicionais", o café estará, a médio prazo, novamente condicionado a um acordo internacional com sistema de cotas; no caso do açúcar, a CEE tem dado preferência aos países da África, Caribe e Pacífico; e finalmente, quaisquer incrementos na exportação de algodão industrializado dependerão da política européia de proteção a suas indústrias têxteis.

- Quanto aos produtos "potencialmente significativos", também existem boas possibilidades de mercado, dependendo no entanto, de uma melhora do balanço de pagamentos da CEE, do estabelecimento de maior tradição exportadora por parte do Brasil, e de maior organização da produção e comercialização externa brasileira.

QUADRO I

CONJUNTOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS EXPORTADOS[1/] PARA PAÍSES DA EUROPA OCIDENTAL[2/]

(inclusive seus derivados e industrializados)

Em US$ 1.000 FOB

ANOS	(1) TRADICIONAIS (conjunto café + açucar + algodão)		(2) DINÂMICOS (conjunto soja + cacau)		(3) POTENCIALMENTE SIGNIFICATIVOS (conjunto milho + carnes*)		(4) TOTAL (conjunto 1+2+3)	
1971	597.410	+ 38%	121.038	+ 280%	214.143	+ 27%	942.591	+ 57%
1972	826.763	+ 11%	362.428	+ 171%	271.735	- 11%	1.460.926	+ 52%
1973	991.411	- 25%	982.746	- 4%	248.488	- 20%	2.222.645	- 15%
1974	743.058	- 17%	948.075	+ 5%	197.867	- 35%	1.889.000	- 9%
1975	615.824		990.909		127.719		1.734.452	

Elaboração GIA, com base no Quadro II abaixo

1/ Em valor real, deflator base set/76

2/ Alemanha Ocidental, Bélgica - Luxemburgo, Dinamarca, Espanha, França, Irlanda, Itália, Países Baixos e Reino Unido

* Bovinos, Equinos e Frangos

QUADRO II

PRODUTOS AGRÍCOLAS EXPORTADOS[1/] PARA PAÍSES[2/] DA EUROPA OCIDENTAL

(inclusive seus derivados e industrializados)

Entre parênteses, índices de crescimento. Em US$ 1.000 FOB

ANOS	TRADICIONAIS			DINÂMICOS		POTENCIALMENTE SIGNIFICATIVOS	
	CAFÉ	AÇÚCAR	ALGODÃO	SOJA	CACAU	MILHO	CARNES*
1971	501.296 (100,0)	9.876 (100,0)	86.238 (100,0)	101.574 (100,0)	19.464 (100,0)	83.923 (100,0)	130.220 (100,0)
1972	626.609 (125,0)	53.595 (542,7)	146.559 (169,9)	322.245 (317,3)	40.183 (206,4)	18.585 (22,1)	253.150 (194,4)
1973	745.099 (148,6)	54.177 (548,6)	192.135 (222,8)	920.454 (906,2)	62.292 (320,0)	9.119 (10,9)	239.369 (183,8)
1974	398.177 (79,4)	217.293 (2200,2)	127.588 (147,9)	839.450 (826,4)	108.625 (558,1)	109.216 (130,1)	88.651 (68,1)
1975	356.094 (71,0)	179.210[3/] (1814,6)	80.520 (93,4)	894.816 (880,9)	96.093 (493,7)	56.939 (67,8)	70.780 (54,4)

Fonte: CACEX

Elaboração: GIA

1/ Em valor real, deflator base set/76

2/ Alemanha Ocidental, Bélgica - Luxemburgo, Dinamarca, Espanha, França, Irlanda, Itália, Países Baixos e Reino Unido

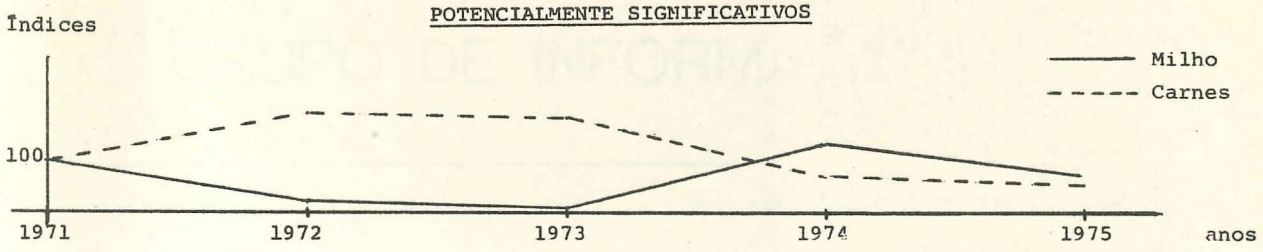
3/ O valor e índice do açúcar referentes a 1976 apresentam acentuada queda

* Bovinos, Equinos e Frangos

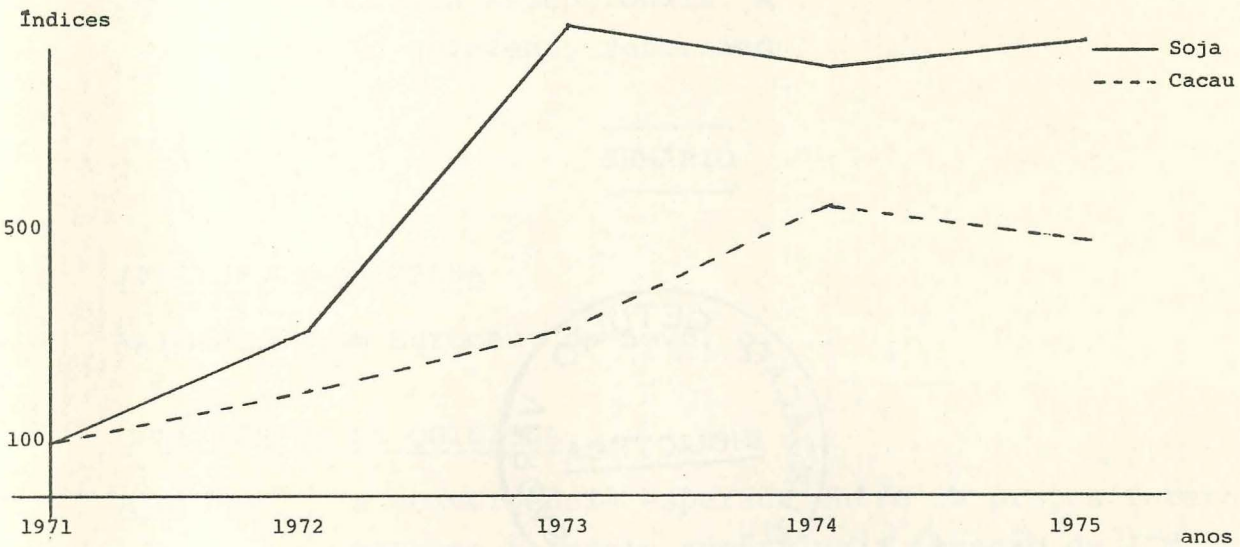
INDÍCES DE CRESCIMENTO 1/ DA EXPORTAÇÃO 2/ DE PRODUTOS AGRÍCOLAS PARA PAÍSES 3/ DA EUROPA OCIDENTAL

(inclusive seus derivados e industrializados)

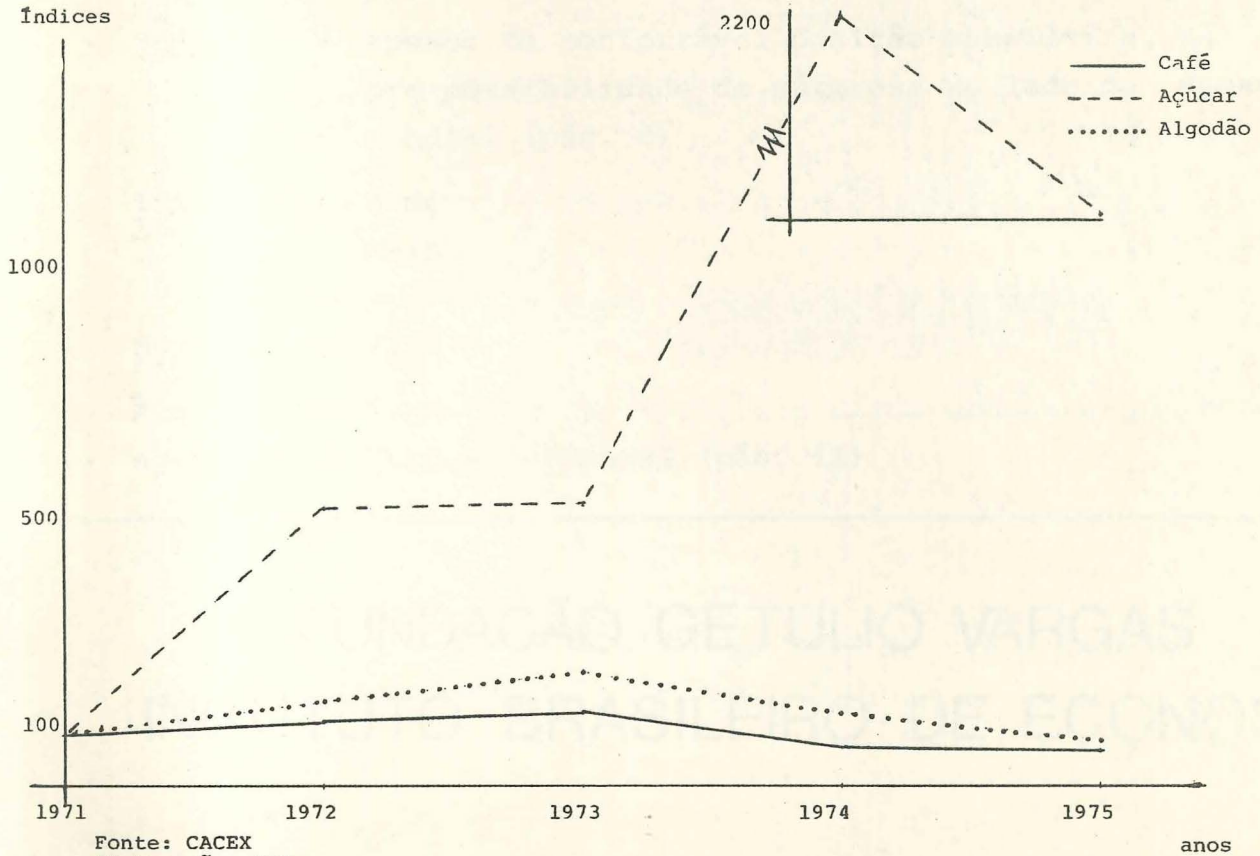
POTENCIALMENTE SIGNIFICATIVOS



DINÂMICOS



TRADICIONAIS



Fonte: CACEX
Elaboração: GIA
1/ Base: 1971
2/ em valor real US$ de set/76
3/ Alemanha Ocid., Bélgica-Luxemburgo, Dinamarca, Espanha, França, Irlanda, Itália, P. Baixos, e Reino Unido

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-educativo e Filantrópica, instituida em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudos dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – CAIXA POSTAL: 9.052
CEP. 20.000 - TEL.: 266-1512 – RIO DE JANEIRO - RJ

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Eugenio Gudin
Membros: Alberto Sá Souza de Britto Pereira, Carlos Medeiros Silva, João Carlos Vital, Jorge Oscar de Mello Flores, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Rubens d'Almada Horta Pôrto.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique de Toledo Dodsworth, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral - ROBERTO HERMETO CORRÊA DA COSTA

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Consultor: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social

Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais - Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria

Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados - Eugênio Decourt

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire. 647 — 10.º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
Tels. 232-5001 - 232-8678 - 232-2548